

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

## **BRICs e G-20 na política econômica externa brasileira**

**“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realiza-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.**

Cesar Castello Branco Martins

Matrícula nº 0016909-1

Orientador: Marcelo de Paiva Abreu

Dez/2005

**“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.**

Obrigado a todos os amigos que me apoiaram durante todo o curso da faculdade, sejam familiares, namorada ou, simplesmente, amigos. Não posso deixar de agradecer algumas pessoas que foram imprescindíveis em toda esta longa caminhada. Obrigado pai e mãe, pois sem vocês nem teria começado este desafio. Obrigado Dani, Cy e Deborah que sempre me deram forças e me ajudaram. Obrigado Natália, Carol, Alexandre, Diogo, Paula e outros tantos que sofreram junto comigo para passar por todas as provas. Obrigado aos amigos de sempre que me acompanham há anos. E claro, obrigado Aline, pelo apoio, ajuda, carinho e pelo amor que nunca falta.

“É preciso amar as pessoas como se não houvesse o amanhã...”

Renato Russo

**ÍNDICE:**

<b>1. Introdução.....</b>	<b>pág. 6</b>
<b>2. BRICs.....</b>	<b>pág. 7</b>
<b>2.1. – Goldman Sachs, o relatório.....</b>	<b>pág. 7</b>
<b>2.2. – Crítica: Heterogêneos.....</b>	<b>pág. 11</b>
<b>3. Política econômica externa brasileiro.....</b>	<b>pág. 14</b>
<b>3.1. – Relações Sul-Sul, breve histórico.....</b>	<b>pág. 14</b>
<b>3.2. – G-20 e a reunião de Cancún.....</b>	<b>pág. 16</b>
<b>3.3. – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul – IBAS.....</b>	<b>pág. 19</b>
<b>3.4. – Relações bilaterais Brasil-China.....</b>	<b>pág. 20</b>
<b>3.5. – G-4.....</b>	<b>pág. 22</b>
<b>3.6. – Relações bilaterais Brasil-Índia.....</b>	<b>pág. 23</b>
<b>3.7. – Relações bilaterais Brasil-Rússia.....</b>	<b>pág. 27</b>
<b>3.8. – Relações bilaterais Brasil-África do Sul.....</b>	<b>pág. 28</b>
<b>4. Conclusão.....</b>	<b>pág. 32</b>
<b>5. Bibliografia.....</b>	<b>pág. 36</b>

**ÍNDICE DE TABELAS:**

<b>Tabela 1.....</b>	<b>pág. 8</b>
<b>Tabela 2.....</b>	<b>pág. 15</b>
<b>Tabela 3.....</b>	<b>pág. 25</b>
<b>Tabela 4.....</b>	<b>pág. 29</b>
<b>Tabela 5.....</b>	<b>pág. 30</b>
<b>Tabela 6.....</b>	<b>pág. 33</b>
<b>Tabela 7.....</b>	<b>pág. 33</b>

**ÍNDICE DE GRÁFICOS:**

<b>Gráfico 1.....</b>	<b>pág. 8</b>
-----------------------	---------------

## 1. Introdução:

A aspiração brasileira em se tornar um “Global Trader”, isto é, um ator relevante nas relações internacionais, expressando liderança regional e presença global, é histórica. E não é só motivada pelos mais nacionalistas; o relatório da Goldman Sachs, "Sonhando com os BRIC - A trajetória até 2050" ("Dreaming With BRICs: The Path to 2050"), publicado em 2003, destaca o Brasil como uma potência mundial em 2050. Para tanto, o Brasil desenvolve políticas e direciona seu comércio a fim de ganhar maiores proporções. A criação do G20, e sua atuação na OMC, tem significado relevante. O aumento de seu diálogo e a aproximação com os países do Sul refletem a busca pela maior presença brasileira em outros continentes e também, novos mercados para os seus produtos.

Diversos acordos políticos foram firmados. Na OMC, o G20 aparece como força capaz de “brigar” com os países mais desenvolvidos. Na ONU, e em sua futura reforma do Conselho de Segurança, o G4 é o grupo de países a apresentar uma proposta reformadora, a fim de tornar o Conselho mais democrático e representativo. A união do Brasil, da Índia e da África do Sul na criação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) em busca de mais independência dos países desenvolvidos e buscar parcerias reflete o anseio por novos horizontes. Os novos acordos bilaterais entre Brasil e África do Sul, e Brasil e Índia a fim de incentivar o comércio, tem o objetivo de dar relevância concreta à aproximação entre os países do Sul.

Sendo assim, é importante analisar o relatório da Goldman Sachs, o grau de proximidade que o Brasil tem com os principais países emergentes, África do Sul, China, Índia e Rússia e seus acordos políticos e comerciais.

## 2. BRICs

### 2.1. Goldman Sachs, o relatório.

No dia primeiro de outubro de 2003, a Goldman Sachs publicou o relatório "Sonhando com os BRIC - A trajetória até 2050" ("Dreaming With BRICs: The Path to 2050"), assinado por Dominic Wilson e Roopa Purushothaman (Global Economics, paper nº 99). Este relatório tornou-se referência obrigatória quando se trata de analisar a importância futura das grandes economias emergentes na economia global. BRIC é o acrônimo cunhado para se referir aos quatro grandes países emergentes Brasil, Rússia, Índia e China, com destaque para o último, para o qual se prevê a liderança econômica global a partir de 2040 (PIB em dólares).

Utilizando projeções demográficas e um modelo de acumulação de capital e crescimento da produtividade, o estudo projetou o crescimento do PIB, da renda *per capita*, da população, da demanda global e a movimentação da taxa de câmbio destas economias até 2050.

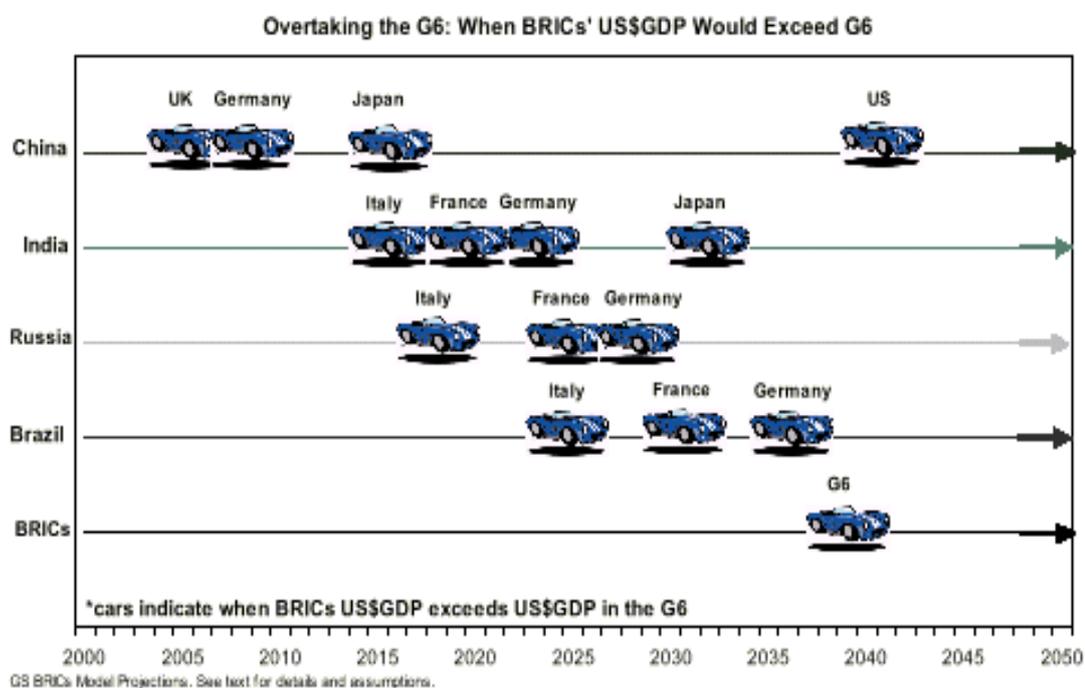
A conclusão alcançada é que em menos de 40 anos as economias do BRICs poderão ser maiores em conjunto que as do atual G-6, ou seja: Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido e Itália. E apenas Estados Unidos e Japão estariam entre as seis maiores economias, em dólar, em 2050.

Como vemos no gráfico abaixo, o Brasil ultrapassaria as economias da Itália, em meados de 2025, da França, em meados de 2031 e da Alemanha, em meados de 2036. Assim como a China ultrapassaria a economia dos EUA em meados de 2042 e a Índia a do Japão por volta de 2032.

Nos primeiros 30 anos do século XXI as economias do G-6 teriam mais dificuldades para crescer, enquanto os países do BRICs só teriam um decréscimo no ritmo de crescimento por volta de 2050, com exceção da Índia que manteria suas taxas acima de 3%.

No entanto, o PIB *per capita* dos países do BRICs seria menor do que os do G-6, fazendo com que suas populações continuem relativamente mais pobres, à exceção da Rússia. O PIB *per capita* da China será parecido com o das economias desenvolvidas de hoje, cerca de US\$ 30.000,00 (trinta mil dólares).

Gráfico 1:



Fonte: "Dreaming With BRICs: The Path to 2050"

Se a União Europeia se apresentar como um bloco, então estará entre as mais ricas, em 2050, logo atrás da Índia. Caso contrário, não terá nenhuma de suas grandes economias de hoje entre as 6 maiores do planeta.

Tabela 1:

<b>RANKING em 2050</b> (bilhões/trilhões de dólares de 2003)	
China	45
EUA	35
Índia	30
União Europeia	12
Japão	6
Brasil	5
Rússia	5

Fonte: "O Século dos Emergentes" em [www.janelanaweb.com](http://www.janelanaweb.com)

O relatório faz alusão à complexidade do mundo daqui à 50 anos, quando as maiores economias do mundo não terão as maiores rendas *per capita* e, assim, dificultando ainda mais as escolhas estratégicas das empresas.

A publicação do relatório da Goldman Sachs causou dois impactos. Primeiro no mercado financeiro, onde as expectativas em relação aos países do BRICs melhoraram, fazendo com que as consultoras internacionais recomendassem a aplicação de uma porcentagem mais significativa dos portfólios de seus clientes em papéis (títulos) destes países, e no mercado de bens e serviços, onde as empresas reforçaram as suas intenções de direcionar seus investimentos para os mercados emergentes mais prósperos, levando-as a escolher suas estratégias considerando os mercados dos países BRICs como fundamentais.

O segundo impacto foi nas economias dos países citados pelo relatório, em especial os do BRICs. Seus títulos se valorizaram e estes países passaram a concorrer pelos grandes investimentos das multinacionais, pois além de possuírem mercados interessantes, com mercado consumidor relevante, têm mão-de-obra barata e qualificada e são boas plataformas de exportação.

A idéia-chave das projeções do relatório é a de que os países do BRICs sustentam políticas e desenvolvem instituições que darão suporte ao crescimento, isto é, o crescimento econômico é a prioridade nas escolhas de políticas econômicas dos países. O que significa que há boas chances das projeções não se realizarem, seja por más políticas ou por má sorte. Entretanto, se o BRICs chegar perto do que sinalizam as projeções, então as implicações sobre o padrão de crescimento e atividade econômica podem ser maiores.

O modelo de crescimento utilizado na projeção segue um modelo de Solow com progresso tecnológico e decomposição do crescimento do produto, onde se é possível obter um crescimento sustentado. Usa-se uma função de produção do tipo Cobb-Douglas, onde  $Y = AK^\alpha L^{1-\alpha}$ , e Y é o produto, A é a produtividade total dos fatores, K é o estoque de capital e L é o trabalho.

Calculou-se o crescimento do estoque de capital utilizando a taxa de investimento (como porcentagem do PIB) e a taxa de depreciação do capital ( $\delta$ ).  $K_{t+1} = K_t(1-\delta) + (I_t/Y_t)Y_t$  O modelo assume ainda que o progresso técnico dos países em desenvolvimento pode crescer rapidamente, com a velocidade de convergência aumentando de acordo com a renda *per capita*.

$A_t/A_{t-1}=1.3\% - \beta \ln (\text{Incomepercapita}_{dc}/\text{Incomepercapita}_{us})$ , onde *dc* significa developing countries ou países em desenvolvimento,  $\beta$  é uma medida de velocidade e *income per capita* significa renda *per capita*. As projeções da força de trabalho e população são da US Census Bureau;

Supõe-se que a depreciação do capital ( $\delta$ ) seja igual a 4% ao ano, o avanço do crescimento do progresso tecnológico dos EUA de longo prazo igual a 1,33% implicando, no estado estacionário, crescimento da produtividade do trabalho de 2%; O rendimento do capital ( $\alpha$ ) igual a 1/3, em evidência histórica; Taxas de investimento baseadas na história recente dos países:

Brasil – 19%; Índia – 22%; Rússia – 25% e China – 36% (até 2030, depois 30%);  
 $\beta = 1,5\%$ ;

Para demonstrar que suas projeções são plausíveis, a Goldman Sachs realizou um estudo do crescimento do PIB nos últimos 40 anos em um grupo de nações em pleno desenvolvimento, aplicando, neste estudo, a mesma metodologia utilizada para obter as previsões do relatório. Caso as taxas de crescimento do PIB, verificado neste estudo fossem próximas ao crescimento real, a metodologia aplicada demonstraria ser plausível, gerando uma base realista, que permitiria projetar também no crescimento futuro a longo-prazo a mesma metodologia, com certa segurança.

Para compor o objeto de estudo, foi selecionado um grupo de 11 países (Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Itália, Japão, Brasil, Argentina, Índia, Coréia do Sul e Hong Kong), observando o período de 1960 em diante. Como as previsões contidas no relatório são para um longo período de 50 anos (2000-2050), era necessário aplicar a mesma metodologia a um período de igual tempo. Entretanto, os dados disponíveis para a realização de tal estudo eram suficientes apenas para um estudo de 40 anos. A similaridade entre os resultados deste estudo e o crescimento realizado permitiu que a metodologia fosse aplicada.

A metodologia aplicada foi a mesma, à exceção das projeções demográficas, pois estas eram indisponíveis entre 1960 e 2000. Foram então substituídas pelos dados populacionais do período, como base para o cálculo de crescimento da força de trabalho, isto, no entanto, não altera a metodologia, uma vez que este item alcançou previsões satisfatórias.

Os resultados foram encorajadores. As projeções feitas para as taxas de crescimento médio, no período supracitado, foram surpreendentemente próximas ao desenvolvimento real. Para os países mais desenvolvidos (França, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos e Itália) as diferenças entre as projeções conseguidas e o crescimento real mostraram-se pequenas. Para os países em desenvolvimento (considerando o Japão, que, em 1960 era um país em desenvolvimento mais pobre que a Argentina), esta margem de diferença cresce.

Enquanto nos países cujos cenários políticos não eram particularmente voltados ao crescimento – caso de Índia, Brasil e Argentina – o crescimento realizado foi menor que a taxa de crescimento médio, entretanto, nas economias asiáticas, que tiveram um crescimento não-usual, rápido e extremamente favorável, os índices reais atingiram patamares significativamente superiores aos previstos nos estudos.

Assim, de um modo geral, os resultados demonstram que a metodologia aplicada é sensível o suficiente para gerar previsões significantes. Para que os Bric's alcancem os resultados previstos pelo relatório, não é preciso que realizem milagres, mas é importante que mantenham-se gerando condições favoráveis de crescimento, afirma o relatório.

## **2.2. Crítica: Heterogêneos**

Os quatro países do BRICs, Brasil, Rússia, Índia e China possuem diversas características comuns, no entanto, as disparidades também são relevantes e nos fazem questionar se estes países podem ser incluídos num mesmo grupo e tratados da mesma forma.

São muitas as semelhanças que aproximam estes países de tão diferentes culturas. Todos, sem exceção, possuem territórios de dimensões continentais e com ampla oferta de recursos naturais. Possuem também influência e liderança regional, empreendem esforços para se integrar com o mundo e aumentar suas presenças em terceiros mercados, notadamente EUA e União Européia. Além disso, têm um mercado consumidor interno significativo e são pólos econômicos regionais.

As dificuldades por eles enfrentadas em muitos casos se parecem. Todos têm dificuldade em manter uma estabilidade macroeconômica, isto é, taxas baixas de inflação, controle de déficits fiscais, desenvolvimento maciço da educação pública de qualidade,

abertura de seus mercados, com redução de taxas e cotas de importação e instituições firmes em busca de suporte para o crescimento sustentado.

Entretanto, cada um deles possui dificuldades próprias e nesse ponto o Brasil tem uma vantagem comparativa, pois sua democracia é razoavelmente madura, sua cultura é facilmente assimilada pelos outros povos ocidentais já desenvolvidos e está próximo geograficamente dos EUA e da União Européia. Enquanto na Índia tem uma cultura de castas complexa e problemas de fronteira, a China vive sobre uma ditadura comunista, porém, em processo capitalista, o que lhe renderá novos desafios, e ainda está iniciando seu processo de urbanização que poderá levar ao caos suas maiores cidades, com migrações de mais de meio bilhão de habitantes, e a Rússia tem uma histórica dificuldade cultural com a Europa ocidental, com províncias buscando independência, e problemas com o terror.

Estatisticamente, Brasil e Rússia têm níveis de crescimento do PIB bem abaixo de Índia e China. Como nos mostra o próprio estudo do relatório, a expectativa para o PIB do Brasil e da Rússia é de cerca de cinco trilhões de dólares, enquanto que para a Índia é de trinta trilhões de dólares e para a China é de quarenta e cinco trilhões de dólares, em 2050. Ou seja, uma enorme disparidade que resultará em pesos diferentes na economia global da época.

Brasil e Rússia, contudo, têm níveis mais altos de PIB *per capita* do que Índia e China, que por sua vez têm enormes populações. Adicionalmente, estes países ainda não procuraram se unir em bloco, resumindo suas negociações a acordos bilaterais, com uma atenção especial ao relacionamento entre Brasil e Índia que se uniram em diversas frentes, como na busca por melhores acordos na OMC (Organização Mundial de Comércio) com a criação do G-20 (neste caso, também com a China), na busca por uma cadeira no Conselho de Segurança das Nações Unidas, juntamente com Alemanha e Japão no bloco G-4, e com a criação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS).

Apesar de o BRICs não ser um bloco, estes países já recolhem benefícios conjuntamente, como, por exemplo, na última reunião do G-7. A pedido do IIF (Institute of International Finance – que reúne os maiores bancos privados do mundo) para que se ampliasse o grupo, o G-7 convidou todos os países BRICs a participar, juntamente com a África do Sul, o país africano de maior economia.

Sendo assim, chega-se a conclusão que apesar destes países serem *países monstros*<sup>1</sup>, eles são diferentes o suficiente para serem encarados de maneira heterogênea. China e Índia, principalmente por causa de suas enormes populações associada a um acelerado crescimento econômico, serão, junto com os Estados Unidos da América, as potências mundiais no futuro e Brasil e Rússia se assemelham a elas no sentido que terão grandes crescimentos do produto e do produto *per capita* ainda e ultrapassarão os países europeus individualmente (PIB, segundo o relatório), supondo o cenário do relatório. A heterogeneidade dessas grandes nações é, então, caracterizada. Fazendo com que o olhar sobre elas seja peculiar.

Outra crítica que se faz obrigatória ao relatório é a sensibilidade do estudo feito. Choques exógenos ou endógenos podem fazer com que estas nações desviem do crescimento projetado, aumentando a incerteza do estudo. Não podemos esquecer ainda que a projeção feita para os Bric's é para 50 anos, o que caracteriza um alto grau de incerteza, pois quanto maior for o tempo projetado, maior será o efeito de outras variáveis que não foram incluídas no modelo.

---

<sup>1</sup> Países monstros ou “monster countries” – segundo George F. Kennan, são aqueles países com vantagens comparativas físicas; grandes população, território e volumes de recursos naturais, necessários à manutenção de uma economia de grande potência. Ainda segundo Kennan, somente 5 países possuem estas características. São eles Rússia, Estados Unidos da América, Brasil, China e Índia. Fonte: *Around the Cragged Hill: a Personal and Political Philosophy*, George F. Kennan, New York, Norton, 1993, p. 143;

### **3. Política Econômica Externa Brasileira**

#### **3.1. – Relações Sul-Sul, breve histórico**

O Brasil se caracteriza por ser um país pacífico. Com exceção à pequena participação do país na Segunda Guerra Mundial, só entrou em estado de guerra na Guerra do Paraguai, há 135 anos. As questões de fronteira foram resolvidas por meios diplomáticos, através de acordos internacionais, ainda na época do Barão do Rio Branco no início do século XX.

O relacionamento do Brasil com os países do Sul, isto é, com os países não desenvolvidos não é, historicamente, intenso. Vide o fato de até hoje não existir grande integração física entre os países da América do Sul, e os maiores parceiros comerciais serem os países desenvolvidos. No entanto, vários organismos foram criados ao longo do tempo, com o intuito de dinamizar o comércio Sul-Sul e buscar convergências políticas. Para tanto o Brasil participou da criação de vários organismos internacionais como a ALADI – Associação Latino Americana de Integração, e o MERCOSUL – Mercado Comum do Sul, este o principal projeto nacional de integração regional, e mais recentemente o IBAS e a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA ou CSN), entre outros de menor importância. Como podemos ver a seguir, as maiores ações de Política Externa do Brasil se deu com os países vizinhos.

Instituída pelo Tratado de Montevideu em 1980, a ALADI objetiva dar continuidade ao processo de integração econômica iniciada pela ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio) na década de 60. Visando a implantação de um mercado comum regional e caracterizado pela adoção de preferências tarifárias e pela eliminação de restrições não tarifárias, a ALADI dividiu seus países membros em 3 categorias, conforme tamanho econômico e estrutura. Sendo elas o de menor desenvolvimento econômico relativo (PMDER), compreendido por Bolívia, Paraguai e Equador, o de desenvolvimento intermediário (PDI), compreendido por Chile, Colômbia, Peru, Uruguai, Venezuela e Cuba, e o composto pelos demais países, Brasil, Argentina e México. Existem acordos de nível regional, alcançando todos os países, e parcial, entre apenas alguns membros. Nos acordos de nível parcial seus direitos e obrigações são exclusivos para os países que os subscrevem. Nos acordos de nível regional, as preferências tarifárias foram outorgadas de acordo com a

categoria em que foram classificados os países membros. Sendo as relações de preferências assim descritas:

**Tabela 2:**

<b>País Outorgante</b>	<b>País Beneficiário</b>				
	<b>PMDER (com exceção Equador)</b>	<b>PMDER (Equador)</b>	<b>PDI (com exceção Peru)</b>	<b>PDI (Peru)</b>	<b>Demais Países</b>
<b>PMDER (com exceção Equador)</b>	24%	20%	12%	6%	8%
<b>PMDER (Equador)</b>	24%	-	12%	6%	8%
<b>PDI (com exceção Peru)</b>	34%	28%	20%	10%	12%
<b>PDI (Peru)</b>	15%	14%	10%	-	6%
<b>Demais Países</b>	48%	40%	28%	14%	20%

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio

O Peru, pelo fato de não ter internalizado o Segundo Protocolo Modificativo, tem direito apenas às preferências do Primeiro Protocolo Modificativo, que corresponde à metade das preferências constantes no Segundo Protocolo.

Criado em 26/03/91, com a assinatura do Tratado de Assunção, o Mercosul é resultado de diversos acordos comerciais entre Brasil e Argentina, assinados nos anos 80, que visavam a integração dos dois países. O Mercosul é hoje formado por 4 países, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e possui acordos em diversas áreas com Chile e Bolívia. Objetivando a conformação de um mercado comum, através da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, da eliminação das restrições incidentes sobre o comércio recíproco, do estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC), da adoção de políticas comerciais comuns face à terceiros países e da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais. Em primeiro de janeiro de 2006, todos os produtos produzidos pelos países membros circularão livremente no espaço intrabloco e as exceções estabelecidas à TEC deixarão de existir. O Protocolo de Ouro Preto estabeleceu a estrutura institucional do

Mercosul, dotando-o de personalidade jurídica de direito internacional, possibilitando a sua relação com outros países, blocos econômicos e organismos internacionais. Sendo assim, o Mercosul é o mais importante projeto de política externa brasileira, e também órgão fundamental na aproximação do Brasil com outras regiões do globo, como União Européia, Índia, União Aduaneira da África Austral (SACU), Egito, Marrocos, Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e Associação Européia de Livre Comércio (AELC).

Nos últimos anos, porém, o Brasil mudou sua trajetória de pequena aproximação com os países do Sul e de distanciamento físico com a América do Sul e criou novos organismos, como o G-20, a Comunidade Sul Americana de Nações, o IBAS e o G-4 (futuramente desenvolvidos, com exceção da CASA). Com a posse o Governo Lula, as relações com o Sul foram intensificadas a fim de criar alternativas e diminuir as dependências dos países mais ricos, também como pressionar os países desenvolvidos nas reuniões da OMC e melhor resistir às pressões feitas pelas mesmas.

### **3.2. – G-20 e a reunião de Cancún**

Em 1946, iniciaram-se negociações comerciais, a fim de impulsionar a liberalização do comércio internacional e combater práticas protecionistas. Surgiu então o GATT, Acordo Geral de Tarifas e Comércio, fundado por 23 países. A realização do objetivo era acompanhada pelo respeito e adoção de princípios básicos, como a cláusula da nação mais favorecida, o tratamento mais favorável para os países em desenvolvimento, a abolição das restrições quantitativas, a interdição de subsídios às exportações, direitos aduaneiros como único instrumento legal de proteção e a transparência da legislação comercial nacional.

No entanto, o “(...) sucesso do GATT foi relativo: por um lado, os 25 primeiros anos do GATT proporcionaram importantes avanços na abolição de barreiras aduaneiras, principalmente tarifárias; mas, por outro, sectores inteiros, como a agricultura ou os produtos têxteis não foram abrangidos por esse movimento. Acresce que na década de 80 assistiu-se à reanimação do proteccionismo, sobretudo através da utilização de barreiras não

tarifárias e ao exacerbar de conflitos entre as nações mais desenvolvidas – EUA, União Europeia e Japão. Isto colocou em causa a credibilidade e a efectividade do GATT.”<sup>2</sup>

A Rodada do Uruguai foi a última rodada de negociações do GATT e durou de 1986 a 1994. “A demora das negociações refletiu, principalmente, a diversidade de interesses dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento nas negociações. De um lado, os países desenvolvidos pressionavam pela inclusão dos novos temas. Por outro lado, os países em desenvolvimento consideravam que esta inclusão tenderia a relegar ao segundo plano a questão da proliferação de barreiras não-tarifárias, ou seja, a ausência de aderência às regras já estabelecidas no GATT.”<sup>3</sup> Os países em desenvolvimento não queriam mais ser apenas “caronas” na instituição, isto é, ser membro do GATT e não participar nas decisões, atuar e defender seus direitos e interesses era, cada vez mais, o desejo de todos.

A Rodada do Uruguai tem uma importância significativa porque foi a primeira vez que se incluiu a agricultura, analisando regras de conduta, disciplinas e procedimentos para solucionar disputas comerciais, no entanto, o tema acabou em impasse. A Rodada culminou, também, com o fim do GATT, em resposta à sua incapacidade de supervisionar o comércio mundial, e a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC, Acordo de Marraquexe).

A OMC surgiu então com novos objetivos. Entre eles, o de definição do âmbito das negociações comerciais, resolução das disputas comerciais, acompanhamento das políticas comerciais nacionais, assistência técnica e formação para os países em desenvolvimento, cooperação com outras organizações internacionais e administrar acordos comerciais. Em novembro de 2001, os 142 países membros decidiram realizar uma nova rodada de negociações chamada de “Agenda de Doha para o Desenvolvimento”. Sua missão era contribuir para uma maior liberalização comercial e revisão das normas vigentes, além do compromisso dos países membros de ajudarem os países em desenvolvimento a se beneficiarem das decisões futuras da OMC.

‘A Agenda de Doha é ambiciosa não somente no que diz respeito à redução de barreiras em sectores económicos muito protegidos como a agricultura e os serviços, como

---

<sup>2</sup> Artigo “A OMC e o Doha Round – Novo Paradigma e Novas Alianças” de Ana Catarina Mendes Leal, em [www.dpp.pt/gestao/ficheiros/infor\\_inter\\_2003\\_II\\_v11.pdf](http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/infor_inter_2003_II_v11.pdf);

<sup>3</sup> Artigo: Histórico da Rodada do Uruguai, Lia Valls, em [www.ie.ufrj.br/ecex/pdfs/historico\\_da\\_rodada\\_uruguai\\_do\\_gatt.pdf](http://www.ie.ufrj.br/ecex/pdfs/historico_da_rodada_uruguai_do_gatt.pdf);

também o estabelecimento de novas regras para a globalização em quatro áreas (“as questões de Singapura”) – serviços, investimento, contratos públicos e concorrência. Doha focalizou-se na ajuda aos pobres. Daí, os países ricos terem prometido auxiliar os países pobres financeira e tecnicamente, bem como a aplicação de um tratamento especial e diferenciado na implementação de qualquer acordo.<sup>4</sup>

Na Cimeira de Cancún, três grandes temas foram levantados: liberalização do comércio agrícola, redução das barreiras às trocas industriais e negociação das novas regras internacionais sobre as “questões de Cingapura”. O grande impasse se deu na questão da agricultura, com a União Européia e os EUA ofertando uma proposta e o G-20 apresentando outra. Diante do impasse, o fracasso de Doha foi caracterizado.

O G-20 foi criado em 20 de agosto de 2003 na fase final de preparação para a V Conferência Ministerial da OMC, realizada em Cancún, a fim de discutir a Agenda de Desenvolvimento de Doha e tendo como tema central a agricultura. Formado atualmente por 19 países, sendo eles África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue, todos da África, China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia, da Ásia, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, México, Paraguai e Venezuela, da América Latina, o G-20 representa quase 60% da população mundial, 70% da população rural de todo o globo e 26% das exportações agrícolas mundiais.

Com o objetivando impedir um resultado determinado pelas grandes potências, EUA, União Européia (EU) e Japão, e abrir espaço para negociações agrícolas, o grupo de países, liderado por Brasil, Índia e China, se uniu em torno de uma mesma proposta, de desenvolvimento e reforma agrícola.

A proposta do grupo é de eliminar os subsídios à agricultura nos países desenvolvidos, implantar regras mais estreitas para créditos à exportação e ajuda alimentar, imprimir cortes tarifários, eliminar as salvaguardas especiais para os países desenvolvidos e expandir a quota tarifária, além de exigir uma fórmula diferenciada para os países em desenvolvimento de acordo com a capacidade de contribuir para o processo.

A criação do G-20 foi a maior novidade em termos de política externa econômica no mundo nos últimos tempos devido à coesão do grupo e ao relativo sucesso alcançado. A

---

<sup>4</sup> Artigo “A OMC e o Doha Round – Novo Paradigma e Novas Alianças” de Ana Catarina Mendes Leal, em [www.dpp.pt/gestao/ficheiros/infor\\_inter\\_2003\\_II\\_v11.pdf](http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/infor_inter_2003_II_v11.pdf);

coesão foi ameaçada muitas vezes devido ao extenso número de países que formam o grupo, à gama de interesses individuais existentes e ao relacionamento, em alguns casos, não amigável entre os partícipes, como exemplo, o de Índia e Paquistão.

A manutenção da coesão do grupo é dificilmente explicada; entretanto, pode-se entender a união através do fato destes países terem aprendido com experiências multilaterais anteriormente fracassadas e do fato dos países líderes, Brasil, Índia e China, saberem da importância de se manterem juntos do início ao fim e, quanto a isto, andarem em uníssono. O fato de terem superado estes problemas e terem alcançado seus objetivos iniciais mostra a força do grupo multilateral, que utilizou uma política pró-ativa e sem fazer uso da política de veto.

### **3.3. – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul – IBAS**

Criado em junho de 2003, resultado da identificação dos participantes, o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, ou IBAS, foi consignado na Declaração de Brasília. Com uma agenda política, econômica e social em busca do desenvolvimento econômico e da equidade social, o Fórum criou parcerias em diversas áreas, como transporte aéreo entre os países e continentes, ciência e tecnologia, saúde, educação e, principalmente, um fundo de solidariedade em conjunto com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para auxiliar os países mais pobres, como Guiné-Bissau, com o objetivo de reduzir a fome e a pobreza e cumprir as *metas do milênio*.<sup>5</sup>

Sendo um grupo novo, não possui maiores implicações, além do comprometimento dos países com os seus objetivos do Fórum. No entanto, é visto como uma alternativa para os países participantes de manter uma política externa ativa e sem dependências com o mundo desenvolvido, permitindo, entre outros fatores, o crescimento da balança comercial.

A globalização moderna, onde todo o globo está intimamente ligado torna este tipo de associação importante. O novo mundo que surgiu após o fim da “Guerra Fria” propõe uma nova agenda para os países.

---

<sup>5</sup> Metas do milênio: são 8 compromissos afirmados entre 191 países membros das Nações Unidas que objetivam reduzir a extrema pobreza e permitir o desenvolvimento humano e econômico;

Segundo Celso Lafer, no texto *Brasil: dilemas e desafios da política externa*, “O desafio da nova agenda é o de transformá-la num caminho através do qual, no contexto de uma *globalização assimétrica*, o país amplie o poder de controle sobre seu destino e, com sensibilidade social-democrática, encaminhe o persistente problema da exclusão social”. Quando o autor se refere à globalização assimétrica, ele quer dizer que a integração do planeta ocorre de maneira desigual, principalmente na esfera econômica e comercial, onde a interação entre os países ocorre entre os mais desenvolvidos, ou entre aqueles onde há maior troca de fatores, sejam eles produtos, trabalhadores ou capital.

Assim, ao criar um Fórum de Diálogo com um país do Sul, o Brasil está tomando para si a responsabilidade sobre o seu destino.

### **3.4. – Relações bilaterais Brasil-China**

A iniciativa de empresários brasileiros com interesses em exportar para a China motivou os dois países reconhecerem-se político e diplomaticamente, em 1974, através do Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas. O restabelecimento foi necessário, pois os dois países estavam em campos opostos no período da “Guerra Fria”, o Brasil, capitalista e sob ditadura militar, privilegiava suas relações com o ocidente e se distanciou dos comunistas, e a China, sob um regime de ditadura comunista, se insulou, isto é, voltou suas atenções, quase que exclusivamente, para o próprio interior e deixou-se distanciar do mundo externo. Ao assumir o Partido Comunista na China, Deng Xiaoping desenvolveu reformas, incentivou a abertura do mercado chinês e fortaleceu sua economia com base no estímulo às exportações e, mais recentemente, no desenvolvimento do mercado interno. No entanto, ainda é uma economia estatizada e planificada. Desde então, foram assinados 80 acordos e memorandos que abrangem os temas de cooperação industrial, proteção ambiental, condições sanitárias e veterinárias de exportações brasileiras, cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior para cooperação do sistema de aplicações CBERS, cooperação nas áreas de saúde, esportes, diplomáticos, turismo, cooperação industrial, serviços aéreos, entre outros.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Fonte: Site do Ministério de Relações Exteriores;

Em 2004, volume de trocas comerciais entre os dois países alcançou US\$ 159.288.246.173, tendo as exportações brasileiras o valor de US\$ 96.475.238.342,00 e as importações o valor de US\$ 62.813.007.831. Assim, o saldo comercial foi positivo para o Brasil, com um superávit de US\$ 33.662.230.511,00. As principais exportações brasileiras foram outros grãos de soja, minérios de ferro não aglomerados e aglomerados, óleos brutos de petróleo, laminados de ferro/aço, óleos de soja bruto, madeiras, aves e ferronióbio. As principais importações brasileiras são partes de aparelhos transmissores/receptores, dispositivos de cristais líquidos, coques de hulha, outros aparelhos videofônicos, terminais portáteis de telefonia celular, circuito impresso, acumuladores eletrônicos, tecidos de filamentos de poliéster, mecanismos de toca-discos e outros circuitos integrados montados.<sup>7</sup>

Em 2001, a China entrou para a OMC, porém, sob a condição da própria OMC de ser tratada como uma economia sem o status de economia de mercado até 2016. Não obstante, o Governo chinês passou a negociar como os países membros o reconhecimento do “status”. O Brasil foi o 23º país a reconhecer. O objetivo brasileiro com o reconhecimento era obter o apoio chinês para uma vaga na futura reforma do Conselho de Segurança da ONU. Entretanto, a China deu Declarações públicas de que não é a favor de que a reforma proposta pelo G4 e se posicionou ao lado dos EUA. A oposição chinesa é óbvia diante dos históricos conflitos entre China e Japão. A posição chinesa levou à frustração das expectativas iniciais brasileiras, onde a aproximação com a China resultaria em ganhos econômicos e políticos. Assim, a China, em troca do reconhecimento do status de economia de mercado, ofereceu ao Brasil o tratamento de “país prioritário em destinos de investimentos”.

“As principais conseqüências do mencionado reconhecimento que vêm sendo apontadas consistem na possibilidade que se abre, para a China, de utilizar regras plenas da Organização Mundial do Comércio (OMC), conferindo, tanto ao governo chinês como às empresas chinesas, o direito de solicitar a revisão de processos de anti-dumping, bem como na bastante provável redução das imposições legítimas (com a anuência da OMC) de restrições às importações de produtos chineses e, ainda, na aceitação de que os preços das

---

<sup>7</sup> Fonte: Site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;

mercadorias chinesas são formados segundo as leis do livre mercado, o que resulta no aumento da competitividade do país”.<sup>8</sup>

### 3.5. – G-4

Após a Segunda Guerra Mundial foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo central de assegurar a paz no mundo. A Assembléia Geral é o órgão decisor da instituição, composto por todos os países membros, porém, não é o órgão máximo. Acima da Assembléia Geral está o Conselho de Segurança. Este é composto por quinze países, cinco permanentes, EUA, China, Rússia, Reino Unido e França, e dez não permanentes.

O Conselho de Segurança (CS) da ONU reflete o mundo do pós-holocausto. E os países que compõem o Conselho são os vitoriosos da Segunda Guerra. Este argumento é o principal usado por aqueles defensores da Reforma do Conselho. Para eles, o atual quadro representativo não reflete o mundo atual, onde cada vez mais os países interagem e participam da política e do comércio mundial.

Alemanha e Japão, derrotados na Segunda Guerra e, hoje, recuperados em todas as esferas do Estado, fizeram então a primeira proposta de reforma e criaram o G4. O grupo é composto por Alemanha, Japão, Brasil e Índia, somando os dois países emergentes e líderes do G20, grupo que ganhou força na Rodada do Desenvolvimento de Doha, na OMC. A presença dos dois emergentes no grupo faz com que a proposta ganhe apelo junto aos países menos desenvolvidos e maioria na Assembléia Geral. A proposta consiste em ampliar o Conselho de Segurança para 25 países, com mais 6 membros permanentes, os membros do G4 e mais 2 países africanos, e mais 4 membros não permanentes. Inicialmente, o G4 não explicitou a sua posição sobre o tema direito a veto, dado a todos os países permanentes, depois o G4 decidiu que o tema deve ser decidido na Assembléia Geral. Para que se consiga a aprovação da proposta, ela deve ser aprovada por maioria de dois terços na Assembléia Geral, isto é, obter 128 votos entre os 191 membros. Após aprovada,

---

<sup>8</sup> Fonte: Nota Técnica do site oficial da Câmara dos Deputados, “Reconhecimento da República Popular da China como Economia de Mercado”, por Carlos Melles, em [www2.camara.gov.br/comissoes/credn/publicacao/Economia%20de%20Mercado%20da%20China.htm](http://www2.camara.gov.br/comissoes/credn/publicacao/Economia%20de%20Mercado%20da%20China.htm);

a proposta será encaminhada ao CS, e lá, não poderá ser vetada por nenhum dos membros permanentes. Se for, será refutada.

Duas outras propostas foram encaminhadas à Assembléia. A primeira pela União Africana, grupo que reúne todos os países da África, que não difere muito da apresentada pelo G4, pois apenas inclui 1 membro não permanente, e africano, a mais, porém com o direito de veto dado a todos os países permanentes. O direito a veto gerou um grande debate, pois com criação de postos permanentes sem o poder de veto os Estados arcariam com o ônus da responsabilidade da função e não desfrutariam do bônus que representa o poder de veto, não havendo, assim, ganho de representatividade.

A segunda proposta é apresentada pelo Grupo “Unidos Para o Consenso”, que consiste na inclusão de mais vinte membros não permanentes. O Grupo também é um feroz crítico da proposta do G4. Como é composto por países que “disputam” a hegemonia regional ou não reconhecem uma hegemonia de outro país na região contígua, não aceitam a inclusão dos países do G4 como representantes naturais de cada região. Na América Latina, México e Argentina não estão satisfeitos com a indicação do Brasil como membro permanente pelo G4. Na Ásia, o Paquistão, que possui um relacionamento historicamente complicado com a Índia por questões de fronteira, não deseja vê-la no CS. Na África existem mais de 2 fortes candidatos, Nigéria, África do Sul e Egito brigariam pela vaga. Soma-se a isto o fato de a China ter rivalidades com o Japão, o que explica a posição da China de acreditar ser inoportuna a reforma e ameaçar vetá-la. Os outros países permanentes também enfrentariam desgastes em aceitar a proposta do G4, pois desagradariam os outros países que também almejam tal posição. E ainda, porque os criadores do CS aceitariam dividir seus poderes, mesmo que com aliados? Apesar do apoio de países importantes como Rússia e França e do Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, são grandes as chances de o G4 perder a disputa.

### **3.6. – Relações bilaterais Brasil-Índia**

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Índia foram estabelecidas em 1948, havendo grande aproximação com passar do tempo. Continentais, democráticos e multi-étnicos, descobriram interesses comuns, iniciando extensa cooperação nos fóruns

internacionais e diversos tratados bilaterais, que cobrem os assuntos de economia e comércio, ciência e tecnologia, saúde, agricultura, meio ambiente, áreas espacial e farmacêutica e cultura.<sup>9</sup>

O Brasil enxerga, hoje, a Índia como uma potência regional de peso político crescente com tendência de expandir sua influência internacional, apesar dos problemas econômicos enfrentados, dos conflitos separatistas da região da Caxemira e do conseqüente estado de beligerância com o Paquistão.<sup>10</sup> A Índia não vê o Brasil de forma diferente, acrescentando a satisfação com o crescimento considerável da relação entre ambos e sua cooperação em diversas áreas, já anteriormente citadas. A maior divergência entre os dois países está na recusa indiana em assinar o Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares, este já assinado pelo Brasil.

A maioria das tarifas de importação da Índia é do tipo *ad valorem* (99,8%) e o governo indiano confere tratamento tarifário de acordo com a cláusula da Nação Mais Favorecida (NMF) a todos os produtos importados. Segundo estatísticas da UNCTAD de 1997, a média tarifária da Índia era de 30%. Além da tarifa de importação, a Índia cobra uma taxa de 5% (special rate) a quase todos os produtos.<sup>11</sup>

“Em função das obrigações assumidas na OMC, a Índia consolidou 67% dos itens tarifários. Essa consolidação cobre a totalidade dos produtos agrícolas e 62 % dos produtos industriais. Segundo a Secretaria da OMC, a tarifa consolidada média de 1997 é de 54%, sendo que alguns itens relativos a produtos agrícolas foram consolidados em níveis que variam entre 100% e 300%.”<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> Fonte: Ministério de Relações Exteriores;

<sup>10</sup> Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio em [www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/bartecnicas/barnaotarifadas/india.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/bartecnicas/barnaotarifadas/india.pdf);

<sup>11</sup> Fonte: artigo: Índia Informações Comerciais;

<sup>12</sup> Fonte: artigo: Índia Informações Comerciais;

Tabela 3:

**Estrutura Tarifária da Índia  
1997**

*Tarifas Ad Valorem*

Total de itens tarifários:	5.112	(10 dígitos)
Tarifas:		
Média (%):	30,09	
Desvio padrão (%):	14,52	
Máxima (%):	260,00	
Mínima (%):	0,00	

Intervalo Tarifário %	Número de Itens	Frequência Relativa %	Frequência Absoluta %
0	130	2,54	2,54
0 —  5	64	1,25	3,79
5 —  10	339	6,63	10,43
10 —  15	0	0,00	10,43
15 —  25	1.092	21,36	31,79
25 —  35	1.507	29,48	61,27
35 —  45	1.957	38,28	99,55
45 —  100	13	0,25	99,80
100 —  260	10	0,20	100,00
Tarifas não-disponíveis	0	-	-

<b>Picos tarifários:*</b>	
Limite (%):	88,15
N.º de itens:	18

Fonte: Elaborado pela Funcex com base nas estatísticas da UNCTAD.

\* O pico tarifário foi definido como quatro desvios padrão acima da média.

Fonte: artigo: Índia Informações Comerciais

A Índia é signatária do acordo de Bangkok, que tem como objetivo liberalizar as tarifas e as restrições não tarifárias entre os países membros, assim como da Área de Acordo Preferencial do Sudeste Asiático (SAPTA) e do Sistema Global de Preferências Tarifárias (SGPC), este último em conjunto com o Brasil. As margens de preferência oferecidas pela Índia nos acordos referidos variam substancialmente. Aos países de menor grau de desenvolvimento são destinadas as maiores preferências tarifárias. Em relação ao acordo de Bangkok, as tarifas variam entre 13% e 30% em relação à nação mais favorecida. As preferências concedidas à SAPTA variam entre 10% e 90%, podendo atingir 100% para importações provenientes de países menos desenvolvidos. Finalmente, no SGPC, as

margens de preferência oscilam entre 10% e 30%, podendo alcançar 50% aos países de menor desenvolvimento.<sup>13</sup>

Em 97, as tarifas impostas para um conjunto de 35 produtos brasileiros, resultado da união dos 20 produtos principais da pauta de exportação brasileira associada aos 20 principais produtos exportados do Brasil para a Índia, circulavam entre 0% e 40%. Cerca de 16 desses 35 produtos não possuíam licença automática e 4 tinham sua importação administrada por uma agência estatal.<sup>14</sup>

“Em 2003, o Brasil foi o 34º mercado fornecedor para a Índia e o 32º destino das exportações indianas. A pauta de exportação brasileira para a Índia, considerando os dados de janeiro/agosto de 2004, foi constituída por 84% de bens industrializados e 15% de produtos básicos. No grupo dos industrializados destacaram-se o álcool etílico (15,28%), açúcar de cana, em bruto (13,16%), sulfetos de minérios de cobre (4,8%), acrilonitrila (3,51%), automóveis (2,70%), borracha de etileno (1,59%), amiantos (1,50%), bombas para distribuição de combustíveis (1,09%), autopeças (1,04%), geladeiras (0,85%), pedras preciosas (0,8%), óleos lubrificantes sem aditivos (0,79%), couros bovinos (0,74%), chocolates (0,18%) e sucos de laranja (0,08%). No grupo dos básicos, os principais produtos exportados foram: óleo de soja (25,62%), minérios de ferro (4,14%), algodão (2,19%), cravo da Índia (0,19%) e castanha de caju (0,12%). Do lado da importação, quase a totalidade do que o Brasil compra da Índia é de produtos industrializados (99%). Destacam-se: óleo diesel (24,18%), medicamentos e antibióticos (11,89%), fios de poliésteres (4,98%), coques de hulha (2,61%), corantes e pigmentos (2,63%) e coques de petróleo calcinado (1,31%), lactonas (1,30%) e edossulfan (1,30%).”<sup>15</sup>

No início do ano corrente de 2005, Brasil e Índia assinaram o Acordo de Comércio Preferencial Mercosul–Índia. Este Acordo estabelece disciplinas de comércio e preferências tarifárias fixas entre as Partes, onde esperam facilitar as negociações subseqüentes para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio Mercosul–Índia. As disciplinas consistem em valoração aduaneira, regras de origem, medidas de salvaguarda, medidas antidumping, medidas compensatórias, barreiras técnicas ao comércio e medidas sanitárias e

---

<sup>13</sup> Fonte: artigo: Índia Informações Comerciais;

<sup>14</sup> Fonte: artigo: Índia Informações Comerciais;

<sup>15</sup> Fonte: [www.portaldosexportador.gov.br](http://www.portaldosexportador.gov.br), notícia: Brasil é tema de megaevento de comércio exterior na Ásia;

fitossanitárias. As listas de produtos que fazem parte do Acordo contêm aproximadamente 450 itens de parte-a-parte, totalizando 900 linhas tarifárias.<sup>16</sup>

### **3.7. – Relações bilaterais Brasil-Rússia**

Brasil e Rússia não são, tradicionalmente, grandes parceiros comerciais. No entanto, as transações comerciais têm aumentado ano a ano, alcançando, em 2004, o volume de US\$ 2.465.948.476,00. As importações brasileiras provenientes da Rússia foram de US\$ 808.038.888,00 (FOB) e as exportações, de US\$ 1.657.909.588,00 (FOB).<sup>17</sup> As principais exportações brasileiras consistem em açúcar não refinado, carnes (suíno, bovino e avícola), fumo, café solúvel, alumina calcinada, soja e subprodutos de soja. As principais importações são fertilizantes, óleos cru e diesel, cátodos de níquel, sardinhas e peixes congelados (2003).<sup>18</sup>

Os embargos ao comércio de carnes brasileiras causados pela descoberta de focos de aftosa em Estados brasileiros têm sido a maior preocupação nas as relações bilaterais. Por ser a Rússia, segundo a ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne), o maior comprador de carnes bovinas e suínos do Brasil no mundo, o problema tem um agravante, tornando as perdas brasileiras significativas.

Como a Rússia não é membro da OMC e, para tanto, como não há um processo automático e sim de longas negociações entre o Estado-candidato e a OMC, exigindo consenso e verificando todos os interesses dos membros da OMC afetados pela entrada, a Rússia tem negociado a sua entrada com todos os Estados-membros. Com o Brasil há um acordo de interesses, onde a Rússia apoiaria o Brasil na sua candidatura ao Conselho de Segurança da ONU, através da proposta do G4, e o Brasil apoiaria a entrada da Rússia na OMC.

Apesar da distância que sempre existiu entre Brasil e Rússia, vários acordos foram promulgados a partir do acordo de restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países em 1961. Estes acordos abrangem temas de intercâmbio e cooperação cultural, educacional e esportivo, cooperação de atividades espaciais, cooperação em ciência e

---

<sup>16</sup> Fonte: Ministério de Relações Exteriores;

<sup>17</sup> Aliceweb, em site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;

<sup>18</sup> Câmara Brasil Rússia de Comércio Indústria & Turismo, em site;

tecnologia, assistência mútua para prevenção investigação e combate às infrações aduaneiras, cooperação da política de concorrência, de combate ao terrorismo, de serviços aéreos, cooperação econômico-comercial, diplomáticos, entre outros, alcançando o número de 48 acordos desde então. No entanto, nenhum acordo comercial significativo foi celebrado.

### **3.8. – Relações bilaterais Brasil-África do Sul**

Distantes geograficamente, Brasil e África do Sul apresentam uma gama de qualidades comuns, sejam elas positivas ou negativas. Como podemos ver na tabela a baixo, Brasil e África do Sul têm praticamente a mesma renda *per capita*, seja em dólar, ou através da paridade do poder de compra (ppc). Além disso, e ainda que o Brasil tenha sete vezes a área e quatro vezes a população da África do Sul, ambos são ricos em recursos naturais, são potências regionais, liderando os blocos de comércio de que participam (respectivamente o Mercosul e o SACU), e apresentam um razoável nível de industrialização. Os dois países também compartilham características pouco desejáveis, apresentando as piores distribuições de renda no universo de países analisado pelo Banco Mundial (1996), altas taxas de analfabetismo, e taxas de mortalidade infantil superiores às de países de renda mais baixa. Não menos importante, tanto Brasil como África do Sul apresentaram desde 1980 um desempenho medíocre em termos de crescimento do PIB.<sup>19</sup> Em 2003, o Comércio entre Brasil e África do Sul totalizou US\$ 935.381.000, sendo as exportações brasileiras 78% deste valor.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Fonte: Investimentos e Comércio Brasil e África do Sul: Presente e Futuro, de Armando Castellar Pinheiro e Maurício Mesquita Moreira, em [www.bndes.gov.br/conhecimento/ensaio/ensaio1.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/ensaio/ensaio1.pdf);

<sup>20</sup> Fonte: Ministério de Relações Exteriores;

**Tabela 4:**

	Brasil	África do Sul
Área (km <sup>2</sup> )	8512	1221
População (1994, milhões de habitantes)	159,1	40,5
Taxa de Crescimento Demográfico (%) 1980-90	2,0	2,4
1990-94	1,7	2,2
Proporção de População Urbana (%) 1980	66	48
1994	77	50
PIB per capita em dólares (1994)		
Dólar Americano (US\$)	2970	3040
Dólar Internacional (PPP \$) <sup>a</sup>	5400	5130
PIB per capita em Poder de Compra (EUA =100)		
1987	24,2	23,9
1994	20,9	19,8
Taxa de Crescimento do PIB per capita(%)		
1980-93	0,3	-0,2
1985-94	-0,4	-1,3
Participação Ind. Transformação no PIB (%) 1980	33,0	23,0
1994	25,0	23,0
Taxa Média Anual de Inflação (Deflator do PIB, %)		
1970-80	38,6	13,0
1980-93	423,4	14,7
1995	67,3	8,7
Indicador de competitividade (rank entre 48 países, 1995)	37	42
Esperança de Vida ao Nascer (1994, anos)	67	64
Taxa de analfabetismo (1995, %)	17	18
Índice de Desenvolvimento Humano (1993)		
Valor	0,796	0,649
Posição no ranking	58	100
Mortalidade Infantil (por mil nascimentos vivos) 1980	74	67
1994	56	50
Índice de Gini	63,4	58,4

Fontes: Banco Mundial (1995, 1996), PNUD (1996) e IMD (1995)<sup>a</sup> Valores calculados com base na paridade do poder de compra, de forma a igualar o nível de preços entre todos os países considerados na amostra do Banco Mundial.

Fonte: : Investimentos e Comércio Brasil e África do Sul: Presente e Futuro, de Armando Castellar Pinheiro e Maurício Mesquita Moreira;

A importância relativa, do comércio bilateral Brasil-África do Sul, para os dois países tem crescido mas ainda é pequena, ficando, em 1995, em menos de 2% do total do comércio de cada um dos países. Dada a semelhança dos regimes de industrialização dos dois países, fortemente protecionistas, este não é um resultado que surpreende.<sup>21</sup>

<sup>21</sup> Fonte: : Investimentos e Comércio Brasil e África do Sul: Presente e Futuro, de Armando Castellar Pinheiro e Maurício Mesquita Moreira, em [www.bndes.gov.br/conhecimento/ensaio/ensaio1.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/ensaio/ensaio1.pdf)

Tabela 5:

Tabela 23: Direção de Comércio da África do Sul. 1970-1995. (%)

	exportações				importações			
	1970	1980	1990	1995	1970	1980	1990	1995
<b>Industrializados</b>	<b>48.04</b>	<b>37.65</b>	<b>45.04</b>	<b>43.55</b>	<b>84.14</b>	<b>63.87</b>	<b>71.13</b>	<b>71.10</b>
EUA	8.42	7.03	7.79	6.61	16.67	13.62	12.49	10.90
Japão	11.81	6.49	7.02	7.27	8.69	8.99	9.67	9.83
Comunidade Européia	48.16	17.97	26.09	26.52	47.89	34.94	43.64	43.99
<b>Em desenvolvimento</b>	<b>51.96</b>	<b>62.35</b>	<b>13.60</b>	<b>27.30</b>	<b>13.21</b>	<b>36.13</b>	<b>10.39</b>	<b>23.70</b>
África	17.19	5.97	6.34	9.35	5.16	2.01	2.64	2.96
América Latina	1.25	1.59	0.78	2.12	0.86	0.90	1.94	2.74
Brasil	0.05	0.72	0.22	0.95	0.48	0.54	0.75	1.03
<b>Outros*</b>	<b>0.00</b>	<b>0.00</b>	<b>41.36</b>	<b>29.15</b>	<b>2.65</b>	<b>0.00</b>	<b>18.48</b>	<b>5.20</b>
total	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: FMI \* Inclui países socialistas e exportações de destino não identificado.

Fonte: : Investimentos e Comércio Brasil e África do Sul: Presente e Futuro, de Armando Castellar Pinheiro e Maurício Mesquita Moreira;

A África do Sul é membro da união aduaneira mais antiga do mundo, a SACU – União Aduaneira da África do Sul (abreviado, em inglês), fundada em 1910 e que inclui também os países Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. A SACU está se reformulando e em negociações com outros países e blocos, atrás de mais integração econômica, como os acordos em processo com a China, com a EFTA (Área Européia de Livre Comércio), com os EUA e com a Índia. No entanto, já possui um acordo com a União Européia – o Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação África do Sul-União Européia, no qual, todavia, está ausente o setor automotivo. Dentro da África, a SACU tem dois acordos já firmados, com a SADC (*South African Development Community*) e com a COMESA grupo que compreende 20 países da África Oriental e Meridional.<sup>22</sup>

Além de 12 acordos bilaterais entre Brasil e África do Sul, que abrangem os temas de relações aeronáuticas, diplomáticos, a fim de evitar dupla tributação, isenção tributária e aduaneira para serviços de telecomunicações e consulados, respectivamente, combate ao tráfico de drogas, serviços aéreos, cultura, saúde e estabelecimento de uma Comissão Mista, os dois países iniciaram negociações comerciais em 2000, a fim de criar um Acordo

<sup>22</sup> Fonte: África do Sul: Convivendo com os Dilemas do Comércio Internacional, CEBRI, em [www.cebri.org.br/pdf/158\\_PDF.pdf](http://www.cebri.org.br/pdf/158_PDF.pdf);

de Comércio Preferencial. Em 2003, esse acordo foi estendido à SACU. O acordo bilateral abrange, também, regras de origem, valoração aduaneira, medidas de salvaguarda, medidas antidumping, barreiras técnicas ao comércio e medidas sanitárias e fitossanitárias, sendo assim, semelhante ao acordo firmado entre Brasil e Índia. O Acordo inclui, aproximadamente 950 produtos de cada lado, totalizando 1900 produtos.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup>Fonte: Ministério de Relações Exteriores ;

#### 4. Conclusão

Em consoante com o mundo, o Brasil desenvolveu, ao longo dos anos, um processo de liberalização comercial (ver tabela 6), muito em parte pelo sucesso do incentivo à substituição de importação no país. “Além de abrir seu mercado às importações, o Brasil promoveu nos últimos anos várias políticas com vistas a desregular a economia doméstica. Um primeiro conjunto de medidas consistiu na revogação, no período 1990-92, de 133.752 decretos dos 123.370 emitidos nos cem anos anteriores. Em Brasil (1991, 1992) é feita uma completa descrição das principais medidas de desregulamentação, destacando-se aquelas dirigidas para a redução das barreiras à competição nos mercados domésticos. Exemplos de iniciativas deste tipo incluem o fim dos monopólios públicos à exportação de café e açúcar e à importação de trigo, em 1990. Para muitos outros produtos, como o aço, eliminou-se a necessidade de prévia aprovação pelo governo de importações e exportações. Pequenas empresas foram autorizadas a importar diretamente e tiveram sua participação nos processos de licitação de empresas estatais facilitada.”<sup>24</sup> Assim, a presença produtos de mais países nas pautas de importação e exportação brasileiras é verificada (ver tabela 7).

---

<sup>24</sup> Fonte: Artigo “Investimentos e Comércio Brasil-África do Sul: Presente e Futuro” de Armando Castelar Pinheiro e Maurício Mesquita Moreira, agosto de 1996, em [www.bndes.gov.br/conhecimento/ensaio/ensaio1.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/ensaio/ensaio1.pdf)

**Tabela 6: Tarifas Médias de Importação por Setor de Atividade**

	1980	1985	1988a	1988b	1989	1990	1991	Jan92	Oct92	Jul93
Agricultura	53.8	57.3	29.8	16.7	24.0	14.8	9.8	7.8	6.4	5.7
Extrativa Mineral	27.0	16.7	13.9	14.6	19.5	6.6	3.9	2.4	1.3	1.0
Minerais Não-Metálicos	107.5	98.7	54.7	34.6	37.7	24.5	14.5	12.0	8.3	7.5
Metalurgia	54.3	72.8	42.2	35.2	41.4	23.7	18.1	15.2	12.5	9.6
Mecânica	56.3	62.1	49.2	45.1	44.9	39.5	30.4	25.9	21.0	19.7
Material Elétrico	99.1	100.4	65.7	47.3	50.2	39.6	34.3	30.6	25.9	21.1
Material de Transporte	101.9	115.9	74.4	51.6	47.3	55.9	42.3	35.5	28.6	25.7
Madeira	125.3	101.1	57.4	25.7	28.9	22.5	12.9	11.8	10.9	10.3
Mobiliário	148.2	169.9	87.6	38.1	38.9	39.2	32.1	24.8	20.0	20.0
Papel e Celulose	120.2	82.2	56.6	28.0	32.8	23.1	12.9	10.1	8.7	8.5
Borracha	107.3	101.7	77.2	54.6	58.6	49.6	36.1	28.8	21.4	16.2
Couros	156.6	135.2	57.6	34.0	44.6	14.3	12.4	11.2	9.9	8.7
Química	50.3	34.2	27.3	19.8	37.0	13.4	18.2	8.4	7.4	7.0
Farmacêutica	27.9	42.2	46.5	44.9	40.7	26.0	19.6	16.6	13.4	13.3
Perfumaria, Sabões e Velas	160.5	184.4	82.1	66.1	73.6	59.2	42.6	29.2	24.4	19.8
Plásticos	203.8	164.3	78.8	51.0	56.9	40.0	34.0	28.9	20.0	18.6
Têxtil	167.8	161.6	83.3	51.4	77.9	38.8	37.6	29.5	24.1	16.6
Vestuário e Calçados	181.2	192.2	89.6	63.7	78.3	50.0	46.3	36.8	27.1	20.0
Alimentos	107.8	84.2	57.4	33.0	38.4	27.4	21.3	17.5	15.6	13.9
Bebidas	179.0	183.3	88.1	69.4	70.5	75.1	63.7	53.6	34.8	19.8
Fumo	184.6	204.7	90.3	78.3	85.0	79.6	70.0	60.4	37.5	19.2
Editorial e Gráfica	85.5	71.1	33.9	19.4	27.8	20.9	11.4	9.8	9.0	8.7
Indústrias Diversas	87.0	136.5	61.3	50.8	60.4	44.8	36.4	29.7	23.1	17.9

Fonte: Pinheiro e Almeida(1995)

Fonte: : Artigo “Investimentos e Comércio Brasil-África do Sul: Presente e Futuro” de Armando Castelar Pinheiro e Maurício Mesquita Moreira, agosto de 1996

**Tabela 7: Direção de Comércio do Brasil. 1970-1995. (%)**

	exportações				importações			
	1970	1980	1990	1995	1970	1980	1990	1995
<b>Industrializados</b>	<b>76.85</b>	<b>52.91</b>	<b>68.07</b>	<b>56.17</b>	<b>76.98</b>	<b>46.56</b>	<b>55.04</b>	<b>59.87</b>
EUA	24.69	17.37	24.62	18.92	32.27	18.54	19.84	21.08
Japão	5.29	6.12	7.48	6.67	6.25	4.78	7.10	6.61
União Europeia	34.93	27.15	33.68	27.07	28.56	15.38	22.50	26.70
<b>Em desenvolvimento</b>	<b>23.15</b>	<b>41.59</b>	<b>30.42</b>	<b>42.86</b>	<b>20.95</b>	<b>53.44</b>	<b>44.46</b>	<b>39.34</b>
África	2.20	6.52	2.44	2.51	3.31	4.70	2.85	2.49
América Latina	11.74	20.46	11.57	23.09	12.02	12.52	17.14	20.54
África do Sul	0.60	0.51	0.53	0.56	0.08	0.91	0.40	0.67
<b>Outros</b>	<b>0.00</b>	<b>5.50</b>	<b>1.51</b>	<b>0.97</b>	<b>2.06</b>	<b>0.00</b>	<b>0.50</b>	<b>0.79</b>
total	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: FMI \* Inclui países socialistas e exportações de destino não identificado.

Fonte: : Artigo “Investimentos e Comércio Brasil-África do Sul: Presente e Futuro” de Armando Castelar Pinheiro e Maurício Mesquita Moreira, agosto de 1996

Ao analisarmos o que de fato o Brasil possui em acordos, que podem trazer benefícios ao comércio bilateral com os países emergentes citados, percebemos que não há muito a

comemorar. Os acordos firmados entre Brasil e China e Brasil e Rússia não tem importância significativa no comércio bilateral, a fim de incrementar o volume de trocas comerciais. Os Acordos de Comércio Preferenciais, semelhantes, entre Brasil e África do Sul e Brasil e Índia, sim, merecem uma análise.

O Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-SACU, blocos econômicos pelos quais Brasil e África do Sul estabelecem acordos internacionais com frequência, oferece preferências há 958 produtos sul-africanos e 951 produtos brasileiros. A média ponderada das preferências da oferta do Mercosul à SACU, sem levar em conta o valor dos produtos, é igual a 94,50%, e a média ponderada das preferências da oferta da SACU ao Mercosul, também sem levar em conta o valor dos produtos, é igual a 59,14%. No entanto, este valor perde sua importância quando olhamos os 10 principais produtos brasileiros exportados para a África do Sul e os 10 principais produtos sul-africanos importados pelo Brasil, concluímos que nenhum dos 20 produtos fazem parte do Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-SACU. Sendo, então, um acordo qualitativamente inexpressivo.

O Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-Índia oferece preferências há 452 produtos indianos e 450 produtos brasileiros. A média ponderada das preferências da oferta do Mercosul à Índia, sem levar em conta o valor dos produtos, é igual a 13,41%, e a média ponderada das preferências da oferta da Índia ao Mercosul, também sem levar em conta o valor dos produtos, é igual a 21,58%. Ao fazermos a ponderação da participação de cada produto da oferta do Mercosul à Índia, em US\$ FOB, sobre o total do Acordo, considerando as preferências oferecidas, obtemos um resultado igual a 0,6731, ou 67,31% (ver anexo I). Indicando que as preferências dadas no acordo são relevantes. No entanto, ao estudarmos melhor o Acordo percebemos que a gasolina (óleo diesel) tem um peso forte na ponderação, pois, com uma preferência de 100% e a razão deste produto importado da Índia sobre o total do Acordo importado pelo Brasil, vindo da Índia, é igual a 0,6337 ou 63,37%. Então, ao excluirmos a gasolina e re-ponderando, alcançamos um valor igual a 0,1075 ou 10,75%, sendo assim, um valor baixo (ver anexo III). Adicionalmente, a análise do peso do Acordo sobre as importações totais do Brasil vindo da Índia, isto é, as importações dos 450 produtos acordados sobre a importação total de produtos indianos, é igual a 0,0040 ou 0,40%, sendo assim, um valor quase que insignificante. Por fim, a média ponderada das

tarifas incidentes sobre os produtos acordados também é muito baixa, alcançando o valor de 5,23% ou 0,0523.

A oferta da Índia para o Mercosul apresenta valores diferentes (ver anexo II). A ponderação da exportação brasileira por produto acordado sobre a o total, em US\$ FOB, do Acordo, considerando as preferências, é igual a 0,1064 ou 10,64%. Adicionalmente, ao analisarmos o peso das exportações dos produtos acordados sobre as exportações totais brasileiras para a Índia, obtemos a razão de 0,2151, ou 21,51%, não alcançando um quarto das exportações brasileiras. Assim, denota-se a insuficiência do Acordo de Preferências Mercosul-SACU.

O Brasil se encontra então, sobre o dilema “palavras & fatos”. As intenções das ações de política econômica externa brasileira são interessantes, os países se mostram dispostos a negociar, e anunciam a possibilidade de grandes acordos, porém estes não apresentam resultados concretos significativos. Ainda, os grupos políticos formados com os países emergentes, especialmente os citados G20, G4 e IBAS, que o Brasil investiu nos últimos anos, ainda não frutificaram, e possuem resultados imprevistos. Sendo assim, difícil enxergar perspectivas positivas, e concretas, na aproximação com os Emergentes.

## 5. Bibliografia

'China's emergence in the global economy and Brazil', Texto para Discussão n. 491, Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, janeiro 2005;

'Which "industrial policies" are meaningful for Latin America?', Texto para Discussão n. 493, Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, fevereiro 2005;

ABREU, M. de P., "Política externa para todos os azimutes", *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 2004;

“Global Economics Paper N°. 99: Dreaming with BRICs: The Path to 2050”, 01 de outubro de 2003;

Índia's Emerging Economy, Performance and Prospects in the 1990s and Beyond, BASU, Kaushik, pp. 3-27, SEN, Amartya, pp. 35-47, BARDHAN, Pranab, pp. 49-57, RAKSHIT, Mihir, pp. 83-109, MURTHY, N. R. Narayana, pp. 217-222, SINGH, Nirvikar, pp. 223-253, edited by Kaushik Basu, 2004;

Introdução à Teoria do crescimento Tecnológico, Jones, Charles I., cap. 2;

Around the Cragged Hill: a Personal and Political Philosophy, George F. Kennan, New York, Norton, 1993, p. 143;

Artigo: Histórico da Rodada do Uruguai, Lia Valls, em [www.ie.ufrj.br/ecex/pdfs/historico\\_da\\_rodada\\_uruguai\\_do\\_gatt.pdf](http://www.ie.ufrj.br/ecex/pdfs/historico_da_rodada_uruguai_do_gatt.pdf);

Embaixada da Índia em [www.indianembassy.org.br](http://www.indianembassy.org.br);

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC, site);

Artigo do MDIC em  
[www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/bartecnicas/barnaotarifadas/india.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/bartecnicas/barnaotarifadas/india.pdf);

Artigo “Investimentos e Comércio Brasil-África do Sul: Presente e Futuro” de Armando Castelar Pinheiro e Maurício Mesquita Moreira, agosto de 1996, em [www.bndes.gov.br/conhecimento/ensaio/ensaio1.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/ensaio/ensaio1.pdf)

Artigo “A OMC e o Doha Round – Novo Paradigma e Novas Alianças” de Ana Catarina Mendes Leal, em [www.dpp.pt/gestao/ficheiros/infor\\_inter\\_2003\\_ll\\_v11.pdf](http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/infor_inter_2003_ll_v11.pdf)

Ministério de Relações Exteriores (site);

Artigo: “O Brasil e a China – Relação de Cooperação no Século XXI”, por Severino Bezerra Cabral Filho, em Câmara Brasil China. [www.ccibc.com.br](http://www.ccibc.com.br);

Banco Central do Brasil (site);

Mercosul.gov.Br;

Aliceweb, em site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;

Câmara Brasil Rússia de Comércio Indústria & Turismo, em site [www.brasil-russia.org.br](http://www.brasil-russia.org.br);